

ATAS

ATA nº 13 (treze)

WJ

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte, reuniu-se no Centro de Atividades Ocupacionais da Ajuda, situado na Rua do Guarda-Jóias, 52-F, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Lisboa, conforme o artigo número 27 – alínea a) dos Estatutos aprovados pela Direção Geral da Segurança Social (tendo o prazo até 31 de março sido ultrapassado devido à pandemia de COVID-19) com a seguinte Ordem de Trabalhos (anexo 1): -----

Ponto um – Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas do Exercício referente ao ano 2019. -----

Ponto dois – Informações diversas. -----

Presidiu o Presidente da Mesa da Assembleia, o associado João Alberto dos Santos Pavão Nunes, estando também presentes a Vice-Presidente da Mesa, a associada Maria Antonieta Tomaz da Fonseca e a Secretária da Mesa, a associada Maria Isabel Macedo da Silva Bento. -----

À hora marcada, dezoito horas, não havendo o número suficiente de associados para se poder realizar a Assembleia, os trabalhos foram suspensos até às dezoito horas e trinta minutos, hora a que foram reiniciados, nos termos do nº 1 do artigo 24 dos Estatutos da APPACDM de Lisboa.

O Presidente da Mesa procedeu à abertura da Assembleia Geral, apresentando as boas vindas e referindo que o espaço aberto escolhido para a realização da reunião cumpria os requisitos previstos pela Direção-Geral da Saúde e pela APPACDM de Lisboa. Procedeu à leitura da convocatória e respetiva Ordem dos Trabalhos, confirmando a publicação de 9 de junho em jornais nacionais de grande tiragem – Jornal de Notícias e Correio da Manhã (anexo 2), confirmando a presença de vinte e cinco (25) associados no recinto e havendo uma (1) delegação de voto, de acordo com o Livro de Presenças, o Presidente da Mesa perguntou se algum associado pretendia acrescentar algum ponto, e não havendo qualquer intervenção, submeteu-a à respetiva aprovação, tendo a convocatória sido aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Direção, o associado Mário José Santos de Matos, que agradeceu a comparência dos associados presentes, e iniciou a sua exposição sobre os resultados da atividade da Associação, fazendo referência à conjuntura dos últimos três meses. -----

Passando a uma descrição do Relatório de Atividades 2019, informou que este documento visa apresentar os resultados sobre o que era pretendido alcançar no Plano de Atividades 2019, existindo objetivos definidos e que foram concretizados em 85% e, de acordo com os documentos contabilísticos, com as receitas acima do previsto (3,4%) e as despesas também acima do previsto (2,8%). -----

X YL
20

ATAS

W

O Presidente da Direção continuou convidando os presentes a analisar a informação constante no relatório e afirmou que as várias valências da Instituição, desde a Creche até aos Lares Residenciais, prestam um serviço à sociedade, sendo necessário ocupar a totalidade de vagas e rentabilizar os recursos disponíveis. Salientou um grau de concretização por parte da Formação Profissional (Quinta dos Inglesinhos), que ultrapassou em 5% o previsto e referiu que, para além dos vários indicadores genéricos, em 2019 também havia outros objetivos estratégicos, tais como a venda da fração da Avenida 5 de outubro, em Lisboa.

O Presidente da Direção comunicou que o processo de alienação estava quase completado, com a aprovação pelos associados da proposta da Direção na última Assembleia Geral Extraordinária. Contudo tendo surgido a situação de pandemia, a venda não se concretizou. Para além deste objetivo, a Direção também tinha previsto a substituição gradual da frota automóvel, devido aos custos e para maior satisfação dos utentes, tendo sido adquirida uma nova carrinha de 24 lugares e estando em curso, com o apoio da Câmara Municipal de Cascais (CMC) a aquisição de outra carrinha de 9 lugares, com capacidade para o transporte de duas cadeiras de rodas.

O Presidente da Direção continuou informando que um dos maiores anseios dos associados tem sido a abertura de vagas nos Lares Residenciais para alguns dias de descanso familiar, sendo contudo essa resposta social difícil, ainda que se tenha encontrado a solução possível nas Casas de Alapraia.

Em seguida, fez alusão a outro tema tratado no Relatório, que tem a ver com a avaliação do desempenho da Instituição, mediante os graus de satisfação dos vários interlocutores e parceiros, destacando-se os formandos com 95%, o conjunto de utentes com 88%, os familiares com 84% e os colaboradores com 73%. Relativamente à taxa de cumprimento dos objetivos previstos nos Planos de Desenvolvimento Individual, estes foram-no em 75%, estando espelhado no Relatório a diferenciação por Creche, Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais (CAO). Explicou que existe uma correlação dos valores atingidos com a tipologia dos utentes, sendo que nas crianças - Creche - é natural que sejam mais elevados em oposição ao nível de concretização nos Lares Residenciais.

O Presidente da Direção fez menção à necessidade de equilíbrio entre os fundos públicos e as comparticipações familiares para a sustentabilidade da Instituição, informando que também se procuraram candidaturas a projetos de financiamento junto de Câmaras Municipais, Fundações, Instituto Nacional para a Reabilitação ou entidades privadas, tendo sido apresentadas na totalidade 12 candidaturas, das quais 7 foram aprovadas, designadamente ao IKEA, Fidelidade, Altice, CMC e INR. Informou que houve uma parceria com o ISCTE no âmbito do Programa Disabuse, com vista à capacitação de jovens e adultos com deficiência para prevenção e atuação em caso de *bullying*. Informou ainda que esse projeto foi apresentado aos Agrupamentos Escolares de intervenção do Centro de Recursos para a Inclusão, estando em curso a sua adoção.

X

40
Z1

ATAS

no Agrupamento Padre Bartolomeu de Gusmão. Continuando a falar dos projetos, destacou a candidatura à Fundação EDP visando a eficiência energética e melhores condições de habitabilidade do Edifício do Centro *Bonny Stilwell*. O esforço financeiro foi de cerca de 114.000€, com recursos próprios da Instituição na ordem dos 50.000€. Esta obra representa um investimento importante, mas ainda terá que ser complementada com a renovação da parte exterior do edifício. -----

O Presidente da Direção prosseguiu, afirmando que, se não fora a incerteza introduzida pela pandemia, seria possível executá-la no próximo ano. Em seguida, referiu como recurso fundamental para a Associação, os seus 239 colaboradores, acentuando a média etária de 48 anos. Chamou ainda a atenção para os indicadores no Relatório sobre o envelhecimento de utentes, trabalhadores e edificado, relacionado com a antiguidade da Instituição, e para os desafios que tal coloca. Hoje em dia, o desempenho das equipas é mais exigente precisamente devido ao envelhecimento precoce das pessoas que são cuidadas, havendo uma grande capacidade de automotivação por parte dos colaboradores, diretamente ligados à missão, e a incidência da formação profissional em áreas com impacto na qualidade de vida dos clientes. --

O Presidente da Direção lembrou que se atualizou o ordenado mínimo nacional, para além das tabelas salariais conforme CCT, tendo havido igualmente um pequeno aumento de 1,5% para os técnicos cuja remuneração se mantinha há vários anos. Os custos com pessoal tiveram um crescimento de 2,9% em relação ao ano anterior. -----

Em seguida, o Presidente da Direção referiu que, para além das respostas sociais Creche, CAO, Formação Profissional e Lar Residencial, a Associação possui uma área instrumental com o objetivo de prestar serviços remunerados e utilizando desejavelmente pessoas que frequentaram e concluíram com sucesso os cursos de formação profissional da Associação. Esta área situa-se na Quinta dos Inglesinhos e tem contribuído para os resultados da Instituição, embora este ano com uma redução de 4%, contudo acima do orçamento. A conjuntura económica não tem possibilitado concorrer a determinados projetos; por conseguinte, haverá que avaliar esta atividade no futuro. Também se considera difícil integrar no mercado de trabalho os jovens que frequentam a Formação Profissional, tendo referido que dos 62 formandos que concluíram cursos no ano passado (dos 90 inscritos), apenas três foram absorvidos por empresas. -----

Mais referiu o esforço financeiro e burocrático imposto pela obrigação do cumprimento da contratação pública exigindo a afetação intensiva de recursos internos e de especialistas externos, nesta área tão sensível cujo cumprimento queremos observar. -----

O Presidente da Direção mencionou que os objetivos da Comunicação externa obtiveram alguns desenvolvimentos positivos, com o redesenho do site institucional, a par de um maior investimento no veículo *facebook*. Também o relançamento da newsletter "Mais", instrumento

ATAS

W

de comunicação externa, mas também interna, foi uma realidade, sendo um repositório do que é feito, no ano, pela Associação nos vários Centros. -----

Em seguida, o Presidente de Direção referiu-se à expressão financeira do Relatório, que contém a Demonstração de Resultados e o Balanço, o esforço de investimento em 347.000€ com remodelações no edificado, a aquisição da viatura e a reparação das anomalias identificadas em termos de segurança. Tudo isso conduziu a um resultado negativo de 35.000€, com um EBITDA - libertação de fundos - de 190.000€, a utilizar nos vários investimentos necessários em 2020.

Recordou que no ano anterior, a Associação contou com uma receita extraordinária da venda de património, na ordem dos 170.000€, aplicada na obra de reinstalação dos serviços centrais. ---

O Presidente da Direção concluiu a sua exposição sobre o Relatório, informando que no final do ano passado houve uma auditoria jurídica do Instituto de Segurança Social (ISS), cujo resultado se desconhece ainda, mas referente ao ano de 2015, certamente devido à contestação de associados sobre a constituição do Conselho Fiscal, que integra a sociedade de revisores oficiais de contas. Mais informou dispor de parecer da Segurança Social, oportunamente solicitado, que confirma a adequação desta opção ao Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro. -----

Por último, o Presidente da Direção comunicou que nesse mesmo dia, se tinha recebido a validação por parte da Segurança Social sobre a alteração da sede institucional. -----

O Presidente da Mesa perguntou se havia alguma questão adicional a esclarecer e não havendo, agradeceu a exposição ao Presidente da Direção, informando que o Relatório contém o parecer do Conselho Fiscal e a Certificação Legal de Contas, salientando o ponto referente a acontecimentos após o encerramento do exercício e que também estão refletidos no Relatório e Contas e no Relatório do Conselho Fiscal e na Certificação Legal de Contas. Estes acontecimentos reportam-se à situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional declarada pela Organização Mundial da Saúde a 30 de janeiro de 2020 e à classificação a 11 de março de 2020 da doença COVID-19 como uma pandemia, tendo sido declarado o Estado de Emergência em Portugal a 18 de março, com imposição de restrições muito significativas em vários domínios que afetaram a Economia no geral e a Instituição em particular. A elaboração de Planos de Contingência para mitigar riscos e a suspensão das respostas sociais Creche e CAOs a partir de 16 de março de 2020 envolveram a redução das comparticipações familiares dessas respostas em 65% e a afetação de trabalhadores suspensos ao reforço das equipas dos Lares Residenciais.

O Presidente da Mesa da Assembleia passou a ler a ênfase contida na Certificação Legal de Contas sobre a situação decorrente da pandemia em que, tendo presente a atual situação decorrente da pandemia de COVID-19, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas chama a atenção para o que sobre esta matéria se encontra divulgado no Relatório de Gestão e na nota 27 do Anexo às demonstrações financeiras. Assim, neste âmbito a opinião da S.R.O.C. não é modificada em relação a esta matéria. -----

X

PL
23

ATAS

O Presidente do Conselho Fiscal, o associado António Pires de Almeida Veloso Cortesão referiu o mesmo ponto citado no Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e que face ao exposto, considerando as conclusões da Certificação das Contas e não tendo tomado conhecimento de violações da Lei e dos Estatutos, o Conselho Fiscal era de parecer que a Assembleia Geral aprovasse: a) o Relatório de Atividades da Direção, bem como as contas por ela apresentadas, relativas ao exercício de 2019; b) a proposta da Direção quanto à aplicação do resultado do exercício. -----

Não havendo questões por parte dos associados, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à aprovação o Relatório, o qual foi aprovado por unanimidade tendo-se passado ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia questionou se algum associado pretendia intervir, tendo o Presidente da Direção voltado a participar, afirmando que importava referir a conjuntura pandémica e que a Associação correspondeu a todas as exigências da DGS e da Segurança Social. -----

O Presidente da Direção referiu-se ao muito bom desempenho nesta situação difícil por parte das pessoas dedicadas que trabalham nos cinco Lares Residenciais, que levaram a cabo a missão com grande esforço e cansaço, contando com o reforço das equipas por colaboradores de outras respostas sociais (CAOs e Creche). -----

Partilhou a sua opinião pessoal de que ninguém está livre da contingência da doença, mas que houve grande esforço, dedicação e trabalho por parte dos colaboradores. Esta intervenção foi ovacionada por todos os presentes. -----

O Presidente da Direção comunicou que a 18 de maio reabriu a Creche e a 1 de junho os CAOs. E informou que, apesar de uma significativa redução das comparticipações familiares em março e abril, foi possível pagar integralmente as remunerações nestes meses. Em maio, na incerteza do futuro, não se pretendendo recorrer ao Estado através do lay-off, optou-se pela aplicação do artigo 309º do Código do Trabalho aos trabalhadores que não estavam no ativo, assegurando a Instituição 75% dos vencimentos. Esta medida foi revertida em 18 e 25 de maio com o regresso à atividade das respostas sociais que estavam suspensas. -----

Concluindo, aludiu à preocupação com os elevados custos com equipamentos de proteção individual e novos procedimentos determinados pela Direção-Geral da Saúde, assim como às expectáveis dificuldades na economia com impacto nos rendimentos das famílias, a que se atenderá, sempre que solicitado, no recálculo das respetivas comparticipações familiares. Lembrando o esforço de todos, também dos Associados, uma vez que a APPACDM de Lisboa é uma Associação, o Presidente da Direção terminou a sua intervenção. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra e voltou a agradecer a presença de todos, comunicando que a média de comparecimentos nas Assembleias

ATAS

é sempre baixa, congratulando-se com o número de pessoas presentes, apesar da conjuntura. Fez questão de desejar as maiores felicidades à Instituição face às dificuldades que se vivem e agradeceu pessoalmente a todos os que compõem a Associação, deixando uma mensagem de esperança, desejando que na próxima Assembleia Geral todos continuem de saúde. E os trabalhos foram encerrados pelas dezanove horas e trinta minutos. -----

Presidente + n

Vice-presidente Maria Antónia Teles de Faria

Secretária Mari Isabel Mendes de Almeida Braga

LR
25

